



Lisboa, ao centro, foi o moderador dos debates entre Mauro Benevides, José Carlos Gentili, Vasco Ervilha e Paulo Octávio

Bancada do DF recebe desafio

O debate

O senador Mauro Benevides (PMDB-CE) conclamou os deputados e senadores da bancada do Distrito Federal a utilizarem o Fundo do Centro-Oeste para o desenvolvimento da região. E dessa forma criar mais empregos e geração de receitas. A proposta foi feita ontem, no seminário Brasília em Debate, promovido pelo Jornal de Brasília, Rádio Nacional e TV Nacional, que discute a autonomia econômico-financeira de Brasília.

Tendo como mediador o jornalista Edgar Lisboa, diretor-editor do Jornal de Brasília, participaram da terceira mesa-redonda, na sede do JBr, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), o deputado Paulo Octávio (PRN-DF), presidente do Banco de Brasília (BRB), Vasco Pereira Ervilha e o presidente do Clube dos Pioneiros, José Carlos Gentili. Os debates abordaram vários aspectos da realidade da capital da República. Dentre eles, o repasse da União para a infraestrutura administrativa, a legalização dos condomínios irregulares, a industrialização, o Fundo de Participação, e, principalmente, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O senador Mauro Benevides apontou o BRB como sendo um órgão capaz de gerir os recursos do Fundo do Centro-Oeste, hoje, sob a responsabilidade do Banco do Brasil. Segundo ele, o Banco de Brasília poderá trabalhar em

conjunto com os demais estados da região: Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

O presidente do BRB, Vasco Ervilha, disse que a sua instituição tem condições para desenvolver essa tarefa com desenvoltura. Segundo ele, a estrutura do BRB é automatizada, e não haveria nenhum problema em liberar recursos para esses estados, de acordo com o estipulado.

“Trabalharíamos integrados pelo sistema on line. E no estado do Mato Grosso do Sul, onde ainda não há um banco estadual, poderíamos criar agências para facilitar as transações”, afirma.

O deputado Paulo Octávio defendeu a legalização dos condomínios irregulares. Segundo ele, Brasília precisa oferecer condições de moradia para a classe média, bem como de outros segmentos. “Vale lembrar que a dignidade de uma família passa pelo direito à casa própria. Não podemos impedir os brasilienses de construir o seu teto”, concluiu.

O presidente do Clube dos Pioneiros, José Gentili, destacou que Brasília ultrapassou o planejamento inicial de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, de 500 mil habitantes. Por essa razão, justifica Gentili, o DF precisa implementar a sua indústria, e também, o setor habitacional.

“Precisamos ser coerentes com a nossa realidade. Brasília mudou”, acrescenta.

Continuamos, hoje, debatendo o futuro de Brasília, com a terceira mesa-redonda do seminário Brasília em Debate. Essa reunião é um marco importante na luta pela autonomia econômica do Distrito Federal.

A renitência da atual crise econômica não mais permite considerar Brasília um papel preponderante e sem ocupar, na economia brasileira, um verdadeiro pólo de integração do País.

Reunidas neste Seminário as lideranças políticas comunitárias, empresariais e classistas buscam uma solução definitiva para conquistar a autonomia política e econômica do Distrito Federal.

Nossos debatedores no terceiro encontro, dentro deste Seminário, promovido pelo Jornal de Brasília, pela Rádio Nacional e pela TV Nacional, são o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), líder do partido no Senado, ex-presidente do Congresso Nacional e ex-presidente da Comissão do DF no Senado; o deputado federal Paulo Octávio, do PRN, eleito pelo Distrito Federal; o presidente do Clube dos Pioneiros, José Carlos Gentili, e o presidente do Banco de Brasília, Vasco Ervilha.

Nossa primeira pergunta na abertura de mais este segmento do seminário Brasília em Debate é para o senador Mauro Benevides.

Bom dia, senador. Brasília já cumpre sua função como Capital da República, ou o senhor acha que ainda há mais coisas para serem feitas.

Mauro Benevides: (senador) — Não há dúvida. Acho que como Capital do País, Brasília já alcançou as características de irreversibilidade como sede dos poderes da República e como ponto de integração no território nacional. Eu até me permitia dizer neste

instante que durante os dois anos em que presidi a Comissão do Distrito Federal, e antes disso como um integrante daquele colegiado, que praticamente comandava a vida legislativa de Brasília, eu me capacitei exatamente dessa irreversibilidade em que se situa hoje Brasília, o Distrito Federal. E todos os esforços devem ser despendidos no sentido de Brasília alcançar, de fato, a plenitude de sua autonomia. Não é apenas a autonomia política que se ultimou, se completou com a eleição dos seus deputados distritais, integrantes, portanto, da Câmara Legislativa. Mas, sobretudo, nós devemos buscar aquela autonomia financeira indispensável para que Brasília possa, gradualmente, prescindir daquilo que aqui tem sido um desembolso obrigatório por parte do Governo Federal, sobretudo nos itens saúde, educação e segurança pública.

Quando, na Comissão do Distrito Federal, examinávamos o orçamento de Brasília, chegávamos à constatação de que essas transferências, esses repasses do governo da União, tudo isso se torna indispensável para garantir a sobrevivência de Brasília.

Agora, o ideal seria que nós, num espaço de tempo razoável, alcançássemos também a economia financeira de Brasília. Que os tributos aqui arrecadados pudessem permitir à Capital da República viver independentemente das transferências processadas pelo Governo Federal.

Agora, destaque-se que em outras unidades federativas também esse repasse se efetiva. Agora mesmo, por exemplo, a nossa região, a região Nordeste, vivenciando um clima de calamidade pública recebe o apoio do Governo Federal.

“Temos que consolidar a capital”

Naturalmente, isso não é um apoio permanente, não é um apoio a cada ano, mas é um apoio que se renova em cada oportunidade cíclica em que a calamidade atinge aquela faixa do território nacional. Portanto, esses repasses devem ser admitidos como perfeitamente normais.

Agora, melhor seria que Brasília pudesse prescindir desse tipo de colaboração. Naturalmente, dentro de um espaço de tempo razoável, que garanta, aqui, o surgimento daquelas fontes de recursos que permitam à Capital da República viver independentemente da ajuda do Governo Federal.

— A nossa próxima pergunta é para o deputado e empresário Paulo Octávio.

Deputado, não existe em Brasília uma política habitacional para a classe média. Hoje, existem cerca de 450 condomínios irregulares no Distrito Federal. Como regularizar esta situação?

Paulo Octávio: (deputado) — Senhores companheiros de mesa.

Primeiro eu quero agradecer ao **Jornal de Brasília** a oportunidade de transferir o meu dia de debate, que seria no dia 21 de abril para hoje, tendo em vista que no dia 21 eu estou com um compromisso familiar do batizado do meu filho.

Eu gostaria de complementar, em primeiro lugar, a questão que foi formulada ao nobre senador Mauro Benevides.

Quero acrescentar que a meu ver Brasília, para ser consolidada como Capital Federal, tem que atravessar três pontos que devem ser vencidos imediatamente: o primeiro deles é a consolidação política. Não podemos admitir que ainda existam no Rio de Janeiro 80.000 funcionários públicos. Nós não podemos admitir que muitos órgãos federais ainda funcionem no Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros. Não podemos admitir que muitos ministérios tenham ainda, apesar de a cabeça estar em Brasília, o seu tronco e membros no Rio de Janeiro.

Então temos que, imediatamente, consolidar a capital politicamente, trazendo para cá todos os órgãos da administração federal.

Comecei um trabalho nesse sentido quando assumi o mandato de deputado federal e conseguimos, através de uma aproximação com o Governo, trazer para Brasília órgãos como a Embratur, que está gerando aqui cerca de 200 empregos diretos, o DNER, que está gerando uma grande quantidade de empregos e o Conselho Nacional de Energia Nuclear.

Não podemos permitir que, ainda, entidades como a Rede Ferroviária Federal, como os ministérios da Mari-



Paulo Octávio é cumprimentado pelo jornalista Walter Lima

nha, da Aeronáutica, do Exército, grande parte do Ministério da Fazenda, ainda estejam no Rio de Janeiro.

Então temos que, imediatamente, buscar a transferência dessas entidades para Brasília.

O segundo ponto é a consolidação econômica.

Eu, como deputado federal, nesses dois últimos anos, tenho atravessado momentos difíceis naquela Comissão de Orçamento. Afinal de contas, Brasília está sempre mendigando os recursos que a ela são devidos. Historicamente, todas as grandes capitais do mundo recebem repasses da União. Nós não podemos admitir que uma cidade com apenas 32 anos tenha a sua emancipação financeira, nem podemos querer isso. E Brasília não foi construída para esses mister.

Então é importante que nós continuemos a nossa luta pela criação do Fundo de Participação do Distrito Federal, luta essa que está sendo encampada por todas as correntes políticas e partidárias da nossa capital. É importante que agora na revisão constitucional nós, ou aproveemos o Fundo de Participação do Distrito Federal, ou coloquemos na Constituição que além de segurança, saúde e educação, são obrigação da União.

E o terceiro aspecto, que eu queria dizer que é o mais importante deles, é o aspecto moral. Brasília é a cidade-capital, é a capital política por excelência, do nosso País. E não é só a capital política. Brasília deve ser capi-

tal da Nação brasileira, capital do País e capital da Nação. Brasília como capital do País concentra aqui todos os órgãos da administração do Estado. É importante que tenhamos também aqui o conceito de nacionalidade, que a comunidade também apóie Brasília, como capital do Brasil e que se orgulhe desse fato. Enquanto o povo brasileiro não se orgulhar de ter Brasília como capital, nós não teremos realmente aquela força moral de congregação, aquela força moral que Brasília como capital deve ter.

Portanto, é importante que Brasília lute para tirar essa rejeição que tem, essa ilusão que muitos de fora vêem como cidade, como ilha da fantasia. Essa ilusão de muitas pessoas de fora que acham que Brasília é a capital do empreguismo, do nepotismo, do desperdício; da corrupção, nós não podemos continuar admitindo isso. Nós temos que trocar essa imagem de Brasília e isso é um esforço que, através de debates como esses nós poderemos começar a empreender.

Em relação a sua pergunta da política habitacional de Brasília. Brasília foi construída para 500.000 habitantes. Logicamente, extrapolou. Hoje, estamos aí com 1,7 milhão de habitantes.

No governo José Aparecido foi feita uma revisão do conceito urbanístico da cidade e foi criado o projeto “Brasília Revisitada”, criando cinco novas manchas aqui dentro do Plano Piloto. Essas manchas já estão, muitas

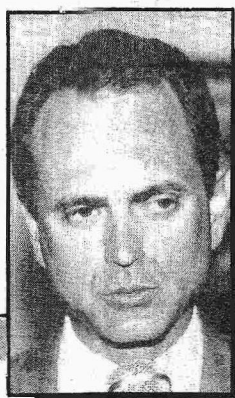
delas, sendo consolidadas, como é o caso do Setor Sudoeste, aqui ao lado desse jornal. O Setor Sudoeste vai gerar aí quase 12 mil moradias, e nós temos também a expansão do Setor Noroeste, que é onde nós estamos projetando, inclusive para ser construída a vila olímpica da Olimpíada do ano 2000. Nós temos o Setor de Mansões do Lago Norte, é uma nova mancha.

Então, Brasília aos poucos está se preparando. Temos agora a criação de Águas Claras, com centenas de terrenos que serão colocados à venda pelo Governo para a classe média brasileira. Então estamos tendo a sensibilidade, nos últimos cinco anos, e o Governo está vendo a questão habitacional como uma necessidade de oferecer moradias.

No início, e nos governos anteriores tutelados pelos regimes autoritários, a preocupação com Brasília era secundária, e, portanto, não eram criadas áreas de expansão. Isso fez com que a cidade fosse crescendo desordenadamente, criaram-se muitas favelas que foram, felizmente, erradicadas. E agora nós temos que tentar, dentro do que foi planejado, e principalmente dentro dos princípios estabelecidos pelos criadores, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, dos conceitos de Brasília revisitada, não deixar que esses conceitos, e que esse plano urbanístico da cidade tombada pelo Patrimônio Histórico da Humanidade venha a ser deturpado. Essa é uma missão de todos nós.

● ● Você dando um pedaço de terra ao cidadão, ele rapidamente acha uma forma de construir a sua casa, com os seus próprios meios e, em pouco tempo, já está morando ● ●

Deputado Paulo Octávio



Vontade do povo criou a cidade

Muito obrigado, deputado.

Vamos agora ao presidente do Clube dos Pioneiros, José Carlos Gentili.

Para os pioneiros, Dr. José Carlos, Brasília cumpre a sua função ou deve ser repensada como capital?

José Carlos Gentili: (presidente do Clube dos Pioneiros de Brasília) — O Clube dos Pioneiros de Brasília, que congrega os construtores desta visão extraordinária de Dom Bosco, tem, neste momento, a satisfação de registrar o encantamento, a oportunidade do evento que ora se realiza, trazendo para a discussão, para análise, os mais diversos segmentos, as lideranças desta cidade.

Sem sombra de dúvida Brasília se insere dentre as capitais que eu costumo chamar de capitais convencionais, ou seja, aquelas capitais que surgem, que emergem de um processo da vontade estratificada de um povo, através da decisão governamental, diferente e divergente daquelas capitais como a velha Roma, Paris, Albion, Londres, que processam, que são emergentes de um processo natural.

Assim sendo, Brasília é uma decisão amadurecida da vontade de um povo, desejando a interiorização do País e, sobretudo, a fixação aqui na vastidão do planalto de uma cidade que viesse a representar não só a capital de todos os brasileiros, mas, sim, a capital do futuro nesta virada de milênio.

E o Clube dos Pioneiros, sem sombra de dúvida, acha aqui aos quase 33 anos de vida, de estratificação desta cidade, nós, pioneiros, nós, brasilienses, nós, brasileiros que vivemos aqui devemos ter a compreensão exata de que Brasília já cumpriu a sua função de capital, porque ela foi fundada, ela foi transportada para a realidade brasileira como a capital tendo a função política para todos nós.

Eu acredito que neste momento, em razão dos problemas advindos a Brasília, que não é só de Brasília. Se nós nos reportarmos às outras cidades que também tiveram a identidade da convenção com Brasília, como Washington, que foi fixada no limite médio norte-sul, porque naquela época da "Guerra da Secessão", não havia o distanciamento leste-oeste, mas, sim, norte-sul, como também usava no Canadá.

Então Brasília, sem sombra de dúvida, precisa ser repensada como neste momento está sendo feito.

Muito obrigado, Dr. Gentili.

Agora vamos então ao presidente do Banco de Brasília, Dr. Vasco Ervilha.

Dr. Vasco, na sua opinião, qual a função econômica de uma cidade que tem a atribuição constitucional de ser a Capital da República?



O jornalista Edgar Lisboa ouve o presidente do BRB, Vasco Ervilha, ao lado do deputado Paulo Octávio

Vasco Ervilha (Presidente do Banco de Brasília)

— Um tema que tem sido abordado com insistência, e cujas respostas têm sido mais ou menos as mesmas, ou seja, existe um consenso para que seja criado um fundo de desenvolvimento do Distrito Federal ou um fundo específico para o Distrito Federal, pela União.

Nós temos, aqui em Brasília, uma capital do Distrito Federal, que se chama Brasília. Mas nós temos uma capital de um território bem maior, com 8.500.000 m², que se chama Brasília. A capital do País é Brasília. Por mais que Brasília se desenvolva economicamente, nós teremos sempre necessidade de repartir com a União as despesas que o governo do Distrito Federal é obrigado a realizar em benefício da própria sobrevivência da população.

A minha fala é um pouco, talvez, mais clara do que os que me antecederam neste ponto em debates já ocorridos aqui.

Eu acredito perfeitamente que o Distrito Federal tem uma grande possibilidade de desenvolvimento. Acredito que Brasília, com a participação da população, que até vou pedir durante esse debate para determinada área de financiamento do BRB, com a participação dessa população, prestando ao Banco de Brasília condições de financiar o desenvolvimento, o que tem ocorrido atualmente, por sinal, vai trazer uma receita adicional capaz de prestar ao governo do Distrito Federal condições de manter toda essa estrutura do Distrito Federal mais apropriada a bem servir os poderes da República, os poderes do Distrito Federal, os poderes das embaixadas dentro do Distrito Federal.

No meu modo de pensar, a exis-

tência do fundo será sempre necessária. Esse fundo pode constituir-se numa libertação para o Distrito Federal. Ou seja, todas aquelas despesas que hoje são transferidas voluntariamente para o Distrito Federal, inclusive para educação e para a saúde, não existe obrigatoriedade do Governo Federal. Nós temos que juntar essas despesas não-obrigatórias com aquelas despesas obrigatórias que hoje são para a segurança, para o Ministério Público e para a Justiça. Juntar todas essas despesas para que nós tratemos da constituição do fundo em bases adequadas. A função da capital não pode ser confundida com aquela função de qualquer estado que tem território, que tem uma vida de possibilidades totalmente diferentes e não tem as obrigações que o Governo do Distrito Federal tem com a nação brasileira, ou seja, tem com a área do Governo Federal.

Mesmo porque todas as áreas do Governo Federal e das embaixadas gozam de imunidade de impostos.

Dr. Vasco Ervilha, nós vamos entrar especificamente neste assunto no segundo bloco.

Eu gostaria então que a gente voltasse ao debate geral e no segundo bloco vamos aprofundar, que é um dos principais problemas de Brasília, como os senhores dizem, exatamente esta falta de pagamento por causa das embaixadas que estão imunes ao pagamento do imposto.

Eu pediria aos participantes desta mesa-redonda que sejam breves nas suas respostas a partir de agora porque a nossa agenda, a nossa pauta é muito extensa.

Eu volto, então, a perguntar agora ao Senador Mauro Benevides.

Na sua opinião, Senador, o Rio de Janeiro tem chances de voltar a ser a capital da República?

Mauro Benevides — (Senador) Na minha intervenção neste programa eu deixei muito clara a irreversibilidade de Brasília como capital da República. Não adianta a sua representar, a representação política do Rio de Janeiro tentar aqui e ali o retorno do velho Rio à condição de capital do País. E vez por outra nós somos provocados ou instados no Congresso Nacional a reavaliar a transferência da capital da República para Brasília. E sempre nós temos constatado que, preponderantemente, a uma conscientização de senadores e deputados quanto a necessidade de se resguardar essa condição de Brasília como capital da República, porque não há mais condições de se propor esse retorno da capital para o Rio de Janeiro.

Veja-se, por exemplo, há poucos instantes o deputado Paulo Octávio se reportava ao problema da Embratur, a sede de órgãos federais transferidos para Brasília dá uma condição de estabilidade à capital da República.

No ano passado, salvo engano, o senador Nelson Carneiro tentou garantir a sede da Embratur no Rio de Janeiro, talvez como o início de uma articulação política que objetivava, naquela ocasião, garantir ao Rio de Janeiro condições excepcionais de reivindicar a sua condição anterior de capital da República. Mas acredito que não há a mais leve possibilidade. O atual Congresso que aí está, aquele Congresso que nos suceder, ninguém se encorajará a essa aventura, e é uma aventura mesmo, de se tentar retornar a capital da República para o Rio de Janeiro.



● ● Por mais que Brasília se desenvolva economicamente, teremos sempre necessidade de repartir com a União as despesas que o Governo do Distrito Federal é obrigado a realizar, em benefício da própria sobrevivência da população ● ●

Vasco Ervilha (Presidente do Banco de Brasília)

Gerar empregos é prioritário

Brasília realmente tem condições de implementar uma estrutura, e ela já possui essa estrutura de funcionamento dos poderes da República. Aqui temos, efetivamente, condições de trabalho até mesmo por ter sido uma cidade planejada, e eu até me encorajaria a dizer nesse instante aos que nos escutam que devemos desestimular, com absoluta sinceridade, qualquer tentativa, porque ela será inquestionavelmente frustrada se se pretender nulificar aquilo que foi uma conquista, uma conquista de Juscelino, uma conquista do espírito de integração nacional sediando a capital da República aqui em Brasília.

Obrigado senador.

Voltamos agora ao deputado Paulo Octávio perguntando:

Na verdade, deputado, Brasília vem se transformando numa grande panela de pressão e, pior que isso, às vésperas de explodir.

O que pode ser feito para evitar esta grande explosão?

Paulo Octávio — (Deputado) — Em primeiro lugar eu quero complementar a pergunta anterior e dizer que realmente o problema dos condomínios, que foi o ponto principal da sua pergunta, precisa ser imediatamente regulamentado pelo governo. Isso está passando com o tempo e Brasília, quando foi tombada, quando a cidade foi desapropriada, melhor dizendo, pelo governo Juscelino, o governo se esqueceu, naquela época, de indenizar as terras de Brasília. Então, conseqüentemente, hoje, 52% aproximadamente pertencem à Terracap, que tem aí... 49% disto é da União. E o resto são propriedades privadas. E esses proprietários, muitos deles com título definitivo, com a titulação devida, estão fazendo esses parcelamentos, que não têm a aprovação do governo local. E isso vem ocorrendo há mais de 15 anos. Então é necessário que essa luta que está começando agora no governo Roriz, de regularização desses condomínios, seja o mais rápido possível, para que isso, efetivamente, possa aprovar os condomínios, possa aprovar os loteamentos para que não se viresse essa confusão e a cidade perca o nível de vida que nós temos, que é uma das melhores coisas dessa cidade.

Em relação à "panela de pressão", eu tenho a lhe dizer que, por interessante, Brasília teve uma experiência única em todo o País. A experiência foi essa dos assentamentos. Nós tínhamos uma pressão muito grande de favelas já consolidadas em várias áreas nobres do Plano Piloto, e com sensibilidade o governo tirou essas favelas e colocou em assentamentos criados em áreas que pertenciam ao próprio governo.



Os debatedores participaram do terceiro programa no estúdio do Jornal de Brasília

Esses assentamentos hoje congregam aí quase 80.000 famílias, que estão, ao pouquinho, conseguindo construir as suas residências. Isso é um fator importantíssimo porque eu sempre digo: "O homem que tem um pedacinho de terra, o homem que tem uma casa, ele passa a ser um membro da sociedade".

Então graças a Deus felizmente Brasília, hoje, pode dizer que o número de favelas em comparação a outras capitais brasileiras é muito pequeno. Essa experiência de Brasília deveria ser, inclusive, levada para outras grandes capitais, que poderiam, através desse processo, melhorar a vida dos seus habitantes, que não têm que ter muito dinheiro não. Você dando um pedaço de terra ao cidadão, ele rapidamente acha uma forma de construir a sua casa, com os seus próprios meios, e em pouco tempo está morando.

Agora, em relação à "panela de pressão", essa "panela de pressão" não é só em Brasília. Brasília hoje tem aí os seus 120.000 desempregados. Pode ser que tenha até mais, nós não temos um número correto. Eu sei, pessoalmente, que no meu gabinete político eu atendo pelo menos 30 a 40 pessoas por dia, que vão me pedir apenas um emprego. E logicamente nós ficamos perplexos, todos os políticos de Brasília ficam perplexos porque não têm como atender essa demanda.

O que temos que fazer? Ontem num almoço em que estava presente o presidente do Banco do Brasil, ele prometeu investir Cr\$ 800 bilhões em Brasília até setembro. O que precisa-

mos é fazer com que os investimentos venham para Brasília, porque Brasília, para nossa cidade, não vem o capital. Para Brasília vêm pessoas que querem crescer na vida. O meu pai quando veio para Brasília foi para lutar por uma vida melhor, as famílias que construíram, os pioneiros de Brasília, vieram para consolidar essa cidade e para lutar por uma vida melhor. O capital não veio para essa cidade, e o capital não vem, infelizmente, para a nossa cidade.

É por isso que temos que ter uma luta muito grande para fortalecer as empresas locais, para dar condição, inclusive, às micro e pequenas empresas de crescerem nessa cidade, porque aí então teremos o capital, e o que gera empregos são a motivação e a parceria entre o governo e o capital privado.

É isso que temos que fazer e essa sensibilidade eu sinto que, agora, toda a comunidade de Brasília tem — os líderes empresariais e políticos.

Então, através deste entrosamento, temos que, rapidamente, criar empregos em Brasília, e sem essa geração de empregos vamos, então, entrar nessa "panela de pressão", que realmente tende a ser aumentada — estamos sentindo que o calor está aumentando. Então, é uma luta conjunta, é uma luta da classe política, da comunidade, dos empresários, de todo o mundo, porque senão nós vamos perder o orgulho que eu disse antes, que é a nacionalidade que a comunidade brasileira deve ter da capital, a capital deve ser um símbolo do nosso potencial e da nossa nacionalidade, não uma cidade cheia de

problemas como todas as outras do nosso País.

Deputado, mas o Sr. falava do problema da terra.

Eu quero perguntar então, agora, ao presidente do Clube dos Pioneiros.

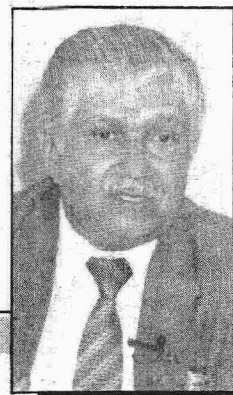
Para uma descentralização ordenada do Distrito Federal, Dr. Gentili, o Sr. acredita ser indispensável o aumento da área do DF, e como fazer isso?

Gentili — O Clube dos Pioneiros de Brasília tem examinado essa questão do alargamento dos limites do Distrito Federal. E realmente é uma questão extraordinariamente polêmica. Vejamos que hoje o Distrito Federal possui uma área geográfica na órbita de 5.800 km². Já precedentemente a "Missão Cruz" havia projetado os limites do Distrito Federal para uma área de 14.400 km². E preteritamente a essa "Missão Cruz" o general Poli Coelho já dimensionara a área do Distrito Federal para 77.000 km².

Sem sombra de dúvida, essas três projeções devem merecer a análise, devem merecer estudos no sentido de alargamento. Vejamos que o Plano Piloto, que hoje tem uma população que gira em torno de 500.000 habitantes e com uma região periférica da maior magnitude populacional que está fluando entre 1,7 a 1,8 milhão de habitantes. Como poderão os administradores da capital da esperança resolver todo esse volume de problemas que Brasília absorveu com a natural polarização de capital de todos os brasileiros?

● ● O Congresso que aí está e aquele que nos suceder, não se encorajará a essa aventura — e é uma aventura mesmo — de se tentar retornar a capital da República para o Rio de Janeiro ● ●

Senador Mauro Benevides



Entorno precisa crescer junto

Então relembremos que o Clube dos Pioneiros sempre está a verificar e a examinar que é necessário repensar Brasília. E neste projeto de repensar Brasília, sem sombra de dúvida, passa também pelo chamamento a corresponsabilidade das áreas estaduais que têm os problemas também das suas áreas, quais sejam, a região periférica da Bahia, de Correntina ou Barreiras, que mandam os seus doentes, que mandam os seus enfermos para serem tratados na rede hospitalar já deficitária de Brasília. As regiões de Unai-MG e de Goiás também, mandam para a cidade todos aqueles problemas, não só de mão-de-obra, mas como dos seus estudantes. E Brasília sofre esse volume em torno da administração pública.

Então, por que neste projeto de repensando Brasília ou repensar Brasília não chamamos a corresponsabilidade dos governos da Bahia, de Minas e de Goiás? Goiás está aqui há 234 km, a Bahia está há quase 3.000 km, e Belo Horizonte, a sede desse município de Unai, está a 752 km. Sem sombra de dúvida, o governador do Distrito Federal, só não deverá responder por esses encapés (?), mas deverá chamar a corresponsabilidade, também da União, para desfiliar, para deslindar esses problemas.

E devemos lembrar, meu caro Lisboa, que a Carta Constitucional de 1937 já previa que as responsabilidades, os recursos para o Distrito Federal deveriam ser da União.

Por que que nós criamos Brasília e também ainda não temos a responsabilidade da União para cobrir as despesas que são tão necessárias?

Muito obrigado, Dr. Gentili.

Voltamos agora ao Dr. Vasco Ervilha, perguntando:

Um dos papéis de Brasília é funcionar como indutor do desenvolvimento do Centro-Oeste. O BRB tem condições de operar como um Banco Regional ou prefere apoiar, como o Sr. chegou a mencionar no início, a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com sede em Brasília? Não seria mais conveniente o BRB assumir essa responsabilidade?

Vasco Ervilha — Sim. Quando foi criado o fundo Constitucional do Centro-Oeste, que destinava 0,6% de



O senador Mauro Benevides fala sobre a função do Congresso

toda a arrecadação do IPI e do imposto de renda para constituir fonte de recursos para serem aplicados no Centro-Oeste, os quatro estados, na época já existiam os dois Mato Grosso, continuam até hoje, mas com três bancos estaduais nos outros três Estados, Mato Grosso, Goiás e Brasília.

Os três presidentes destes três bancos estaduais, reunidos com o presidente do Banco do Brasil, Mário Bernard, e onde estava sendo depositado o Fundo Constitucional do Centro-Oeste — FCO, chegaram a um acordo e até mesmo foi redigida uma minuta para que o Banco do Brasil repassasse recursos a esses três bancos a fim de serem implementados os investimentos.

Isso é importante pelo seguinte: o cliente tem uma ficha cadastral e tem os seus bens que são oferecidos em garantia hipotecária para investimentos. Em seguida ele pode fazer um outro empréstimo mais adiante e oferecer o mesmo imóvel em segunda hipoteca, até 6ª, 7ª, 11ª hipoteca, e assim por diante. Cada vez que ele necessita de recursos, já que os prazos são todos longos para investimento, sem ter pa-

go o primeiro ou vários anteriores empréstimos tomados, tem condições de retirar outro. Mas não tem condições de retirar um no BRB e depois oferecer segunda hipoteca para o Banco do Brasil.

Daí então os bancos estaduais desejarem administrar esse fundo para a facilidade da vida dos nossos produtores.

Hoje em dia a situação nesse sentido permanece e nós gostaríamos que o presidente do Banco do Brasil, Alcyr Calliari, concordasse em que essa transferência fosse feita apenas em relação aos ruralistas, porque o pessoal que trabalha na indústria e no comércio tem muito mais facilidades do que os ruralistas que às vezes têm só uma propriedade na sua vida e ali eles dependem de fazer os seus melhoramentos.

Mas por que não, então, o Banco do Centro-Oeste e sim o repasse para os bancos estaduais? Veja bem, estamos numa época de privatização. Será muito difícil conseguir que o Banco do Centro-Oeste seja implantado. E também já que o Fundo do Centro-Oeste é

que é o principal para o desenvolvimento, para que um outro banco? Seria, então, até correr o risco de haver um cabide de empregos por aí. Acho que o Banco do Centro-Oeste hoje em dia não é necessário.

É o seminário Brasília em Debate. Uma promoção do Jornal de Brasília, da Rádio Nacional e da TV Nacional, com o apoio do Governo do Distrito Federal e da Câmara Legislativa.

Volto agora ao senador Mauro Benevides.

Mauro Benevides — (Senador) — Eu gostaria até de fazer uma intervenção sobre a temática agora desenvolvida pelo nosso presidente Ervilha, do Banco Regional de Brasília. Realmente nós, constituintes de 77-78, tivemos a clarividência de promover uma articulação política, que representou, naquela ocasião, pelas bancadas do Norte-Nordeste e Centro-Oeste, 292 votos, conseqüentemente 12 votos além daqueles 280 previstos para a inserção de qualquer dispositivo na Carta Magna em vigor.

Quando começamos a pressentir que as regiões mais carentes do País, ou se uniam monoliticamente num bloco, ou não viam suas reivindicações no texto da lei fundamental brasileira, nós nos congregamos e constituímos uma bancada, digamos assim, um conjunto de senadores e deputados que totalizaram 292 votos e, com isso, partimos efetivamente para conseguir muitas e importantes conquistas que estão fadadas a repercutir intensamente nas regiões.

É certo que nós temos apenas cinco anos de vigência da nova Carta, e aqui, em relação ao Centro-Oeste, parece que se presente, em razão da inexistência de um Banco Regional. Vou fazer um pequeno reparo à intervenção autorizada e muito hábil do presidente do Banco Regional de Brasília. Como aqui não se instalou o Banco do Centro-Oeste, incumbido, portanto, de promover o desenvolvimento da região, talvez por isso o Banco do Brasil, com as atribuições de que dispõe, não pôde se debruçar, como fizeram o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, na utilização dos recursos do Fundo Constitucional, que a Assembleia Nacional Constituinte e a nova Carta garantiram exatamente ao País.